

CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA-RIO GRANDE DO SUL

PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CANELA - RS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE
DO SUL**

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

**CÓD: OP-217JL-26
7908403599660**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	9
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	15
4. Coesão, coerência, progressão temática e referencialidade.....	19
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	20
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	21
7. Figuras de linguagem.....	21
8. Funções da linguagem.....	22
9. Variação linguística e adequação comunicativa.....	25
10. Ortografia oficial.....	27
11. Acentuação gráfica.....	27
12. Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	29
13. Estrutura e formação de palavras.....	36
14. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	37
15. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	40
16. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	44
17. Concordância nominal e verbal.....	48
18. Regência nominal e verbal.....	50
19. Emprego da crase.....	51
20. Colocação pronominal.....	51
21. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	53
22. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	54
23. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; Paralelismo sintático e semântico; correção gramatical.....	56
24. Adequação vocabular.....	57
25. Redação oficial; conforme o manual de redação da presidência da república.....	58

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	75
2. Teorias da aprendizagem.....	81
3. Tendências pedagógicas.....	86
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	87
5. Função social da escola e papel do professor.....	91
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	95
7. Projeto Político-Pedagógico.....	99
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	101
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	105
10. Relação entre teoria e prática.....	109
11. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula.....	113

ÍNDICE

12. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	117
13. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	120
14. Tecnologias digitais aplicadas à educação	125
15. Educação integral.....	129
16. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	130
17. Alfabetização e letramento	134
18. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	135
19. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	139
20. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	143
21. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	190
22. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990	209
23. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	249
24. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	264

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação em Educação Infantil

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da Educação Infantil.....	273
2. Concepção de criança, infância, desenvolvimento, aprendizagem, cuidado e educação	277
3. Educação Infantil como primeira etapa da educação básica; direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil.....	280
4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e os campos de experiências	284
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	284
6. Princípios éticos, políticos e estéticos da Educação Infantil.....	286
7. Organização do trabalho pedagógico com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas; planejamento	290
8. Observação, registro, documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil	294
9. Currículo na Educação Infantil e articulação entre experiências, brincadeiras, interações e conhecimentos	298
10. Desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, motor, cognitivo, afetivo, social, emocional, linguístico e cultural.....	302
11. Psicomotricidade, movimento, expressão corporal, lateralidade, equilíbrio, coordenação motora e consciência corporal.....	306
12. Linguagem oral, escuta, comunicação, imaginação, narrativa, literatura infantil e contação de histórias; desenho, pintura, modelagem, música, dança, teatro, jogos simbólicos e demais linguagens expressivas; brincadeiras, jogos, ludicidade, faz de conta, exploração, experimentação e aprendizagem significativa	310
13. Organização dos tempos, espaços, materiais, ambientes e rotinas na Educação Infantil	314
14. Acolhimento, adaptação, transição entre etapas e relação afetiva com as crianças; cuidado, higiene, alimentação, repouso, segurança, saúde e bem-estar na Educação Infantil; prevenção de acidentes, primeiros socorros básicos e proteção integral da criança; autonomia, identidade, socialização, convivência, cooperação, limites	318

ÍNDICE

Conteúdo Digital Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Plano Municipal de Educação de Canela	48
6. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico).....	141
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	164

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

IDENTIFICAÇÃO DE TEMA, TESE, ARGUMENTOS, PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: *O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.*

Análise: *A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.*

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Se eu fosse você, não sairia agora.*

Análise: *O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.*

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação

AMOSTRA

- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

Diferença Entre Implícito e Subentendido:

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Este restaurante nunca tem fila.*

Análise: *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

Análise: *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

► Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais

Em uma notícia:

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

Em uma propaganda:

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

Em uma charge:

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

TEMA E ASSUNTO DO TEXTO

Tema e assunto são conceitos próximos, mas não idênticos. Compreender essa diferença ajuda muito na interpretação textual. O assunto é o campo geral de que o texto trata. O tema é o recorte específico, a abordagem ou o enfoque dado a esse assunto. Em outras palavras, o assunto é mais amplo; o tema é mais delimitado.

Por exemplo, um texto pode ter como assunto “tecnologia”. Esse assunto é amplo. O tema pode ser “os impactos do uso excessivo de celulares na infância”. Outro texto pode ter o mesmo assunto, tecnologia, mas tratar do tema “a importância da inclusão digital para idosos”. O assunto permanece geral; o tema muda conforme o enfoque.

Identificar o assunto é geralmente mais simples. Basta perguntar: sobre o que o texto fala? A resposta costuma ser uma palavra ou expressão ampla, como educação, saúde, meio ambiente, violência, leitura, trabalho, alimentação, infância, transporte ou cultura.

Identificar o tema exige maior precisão. A pergunta adequada é: o que o texto diz especificamente sobre esse assunto? Qual aspecto foi escolhido? Qual recorte o autor desenvolve? O tema costuma aparecer como uma frase mais completa, indicando a abordagem central.

Em textos curtos, como tirinhas, charges e poemas, o tema pode ser percebido pela relação entre linguagem verbal e não verbal, humor, crítica ou situação apresentada. Em textos longos, o tema costuma ser construído ao longo dos parágrafos, especialmente pela repetição de ideias e pelo desenvolvimento do raciocínio.

O título pode ajudar na identificação do tema, mas nem sempre resolve sozinho. Alguns títulos são diretos e indicam claramente o recorte. Outros são metafóricos, irônicos ou vagos. Por isso, é necessário ler o texto inteiro antes de definir o tema.

As palavras-chave também ajudam. Termos repetidos ou relacionados ao mesmo campo semântico indicam o assunto e ajudam a delimitar o tema. Se um texto repete palavras como “leitura”, “crianças”, “formação”, “imaginação” e “escola”, provavelmente trata da importância da leitura na infância ou na educação.

A introdução e a conclusão costumam trazer pistas importantes. Em textos argumentativos e expositivos, o primeiro parágrafo muitas vezes apresenta o tema, enquanto o último retoma ou reforça a ideia principal. No entanto, nem todos os textos seguem essa organização de forma explícita.

É importante não confundir tema com opinião do autor. O tema é aquilo que está sendo tratado; a opinião é o que o autor pensa sobre isso. Por exemplo, em um texto cujo tema é “o uso de uniformes escolares”, a tese pode ser “o uniforme contribui para a igualdade entre estudantes” ou “o uniforme limita a expressão individual”. O tema é o recorte; a tese é a posição.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

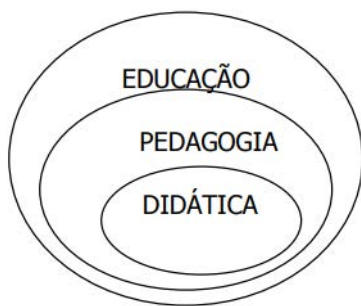
A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos históricos da Educação Infantil revelam que a forma de compreender a criança e a infância mudou ao longo do tempo. Em sociedades antigas e medievais, a criança nem sempre era vista como sujeito com necessidades específicas. Muitas vezes, sua participação na vida social era marcada pela proximidade com o mundo adulto, pelo trabalho precoce, pela disciplina rígida e pela pouca valorização de suas formas próprias de expressão.

Com as transformações sociais, econômicas e culturais da modernidade, a infância passou a ser percebida com maior atenção. A organização da família, o crescimento das cidades, a escolarização, o desenvolvimento da medicina, da psicologia e da pedagogia contribuíram para criar uma nova sensibilidade em relação às crianças. Aos poucos, surgiram instituições voltadas ao cuidado e à educação infantil.

Historicamente, as primeiras instituições de atendimento à infância tiveram forte caráter assistencial. Muitas creches surgiram para atender filhos de trabalhadores, especialmente mulheres que precisavam deixar seus filhos em algum lugar durante a jornada de trabalho. Nessa origem, a preocupação principal era guardar, alimentar, proteger e vigiar as crianças. A dimensão educativa era pouco valorizada ou entendida de forma restrita.

A pré-escola, por sua vez, teve trajetória parcialmente diferente. Em muitos contextos, foi associada à preparação para a escolarização formal, com atividades voltadas à disciplina, à alfabetização antecipada e à adaptação às rotinas escolares. Essa visão preparatória reduzia a Educação Infantil a uma etapa anterior ao “ensino de verdade”, o que desconsiderava sua identidade própria.

Ao longo do século XX, novas concepções pedagógicas influenciaram profundamente a Educação Infantil. Estudos sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem, linguagem, afetividade, socialização e brincadeira mostraram que as crianças pequenas aprendem de modo ativo, por meio de interações com pessoas, objetos, espaços, culturas e situações. A brincadeira passou a ser reconhecida como linguagem fundamental da infância.

No Brasil, a Educação Infantil passou por mudanças importantes. A creche, antes muito ligada à assistência social, e a pré-escola, antes frequentemente ligada à preparação escolar, passaram a ser reconhecidas como parte do direito à educação. Esse reconhecimento fortaleceu a ideia de que todas as crianças têm direito a atendimento educacional de qualidade desde os primeiros anos de vida.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil consolidaram a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e como direito da criança. Esses marcos ajudaram a superar a visão meramente assistencialista.

A história da Educação Infantil, portanto, é também a história da valorização da infância. Ela mostra uma passagem gradual da guarda para a educação integral, da caridade para o direito, da preparação escolar para a experiência infantil significativa.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos filosóficos da Educação Infantil dizem respeito às ideias que orientam a compreensão de ser humano, infância, conhecimento, aprendizagem, ética, liberdade, cuidado e convivência. Toda prática pedagógica possui uma concepção filosófica, mesmo quando ela não é explicitada. A forma como o educador organiza o espaço, conversa com a criança, propõe experiências ou interpreta comportamentos revela uma visão sobre quem é a criança e como ela aprende.

Uma concepção filosófica contemporânea entende a criança como sujeito de direitos, ser ativo, sensível, criativo e participante da cultura. Ela não é uma folha em branco, nem um adulto incompleto. A criança possui formas próprias de pensar, comunicar-se, explorar o mundo e construir sentidos. Essa visão exige uma educação que respeite sua dignidade e sua capacidade de participação.

A filosofia da Educação Infantil também questiona a ideia de educação como simples transmissão de informações. Crianças pequenas não aprendem apenas ouvindo explicações. Elas aprendem tocando, observando, imitando, perguntando, brincando, movimentando-se, experimentando, narrando, desenhando, cantando, dançando e interagindo. O conhecimento nasce da relação viva entre criança, ambiente, outras crianças, adultos e cultura.

Outro fundamento filosófico importante é a indissociabilidade entre corpo, emoção e pensamento. A criança aprende com o corpo inteiro. Movimento, afetividade, percepção, linguagem e cognição estão profundamente ligados. Por isso, práticas que exigem imobilidade excessiva, silêncio constante e repetição mecânica não correspondem às necessidades da infância.

A ética também é fundamento filosófico da Educação Infantil. Educar crianças pequenas exige respeito, cuidado, escuta e responsabilidade. A criança não deve ser humilhada, ameaçada, comparada de forma negativa ou tratada como incapaz. A autoridade do adulto deve ser exercida com firmeza acolhedora, não com autoritarismo. Limites são necessários, mas devem ser construídos com respeito e sentido educativo.

A liberdade também precisa ser compreendida de forma equilibrada. A criança precisa ter oportunidades de escolha, exploração, criação e expressão. No entanto, liberdade não significa

AMOSTRA

ausência de cuidado ou de organização. O ambiente educativo deve oferecer segurança, referências, rotina e limites que permitam à criança agir com confiança.

A dimensão estética é outro fundamento filosófico importante. Crianças têm direito à beleza, à arte, à música, à literatura, ao movimento, à natureza, às cores, aos sons e às experiências sensíveis. A Educação Infantil não deve ser pobre em estímulos culturais. Ela deve oferecer um ambiente rico, organizado e significativo.

Filosoficamente, a Educação Infantil também se apoia na ideia de convivência democrática. As crianças aprendem a viver com os outros desde cedo, compartilhando brinquedos, ouvindo histórias, resolvendo conflitos, esperando sua vez, expressando sentimentos e participando de decisões simples da rotina.

FUNDAMENTOS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos sociais da Educação Infantil estão relacionados ao papel que essa etapa exerce na vida das crianças, das famílias e da sociedade. A Educação Infantil não é apenas um espaço de atendimento individual à criança; ela faz parte de uma rede social mais ampla, que envolve direitos, proteção, inclusão, diversidade, igualdade de oportunidades e participação comunitária.

A infância é vivida de maneiras diferentes conforme as condições sociais, culturais, econômicas e familiares. Crianças crescem em contextos diversos: famílias com diferentes composições, territórios urbanos ou rurais, comunidades tradicionais, realidades de maior ou menor vulnerabilidade, diferentes línguas, religiões, costumes e formas de cuidado. A Educação Infantil precisa reconhecer essa diversidade sem preconceito.

Uma instituição de Educação Infantil de qualidade amplia o repertório cultural da criança. Ela oferece experiências que nem sempre estão disponíveis em todos os contextos familiares, como contato com livros, músicas, artes, brincadeiras coletivas, exploração da natureza, diferentes materiais, convivência com outras crianças e participação em práticas culturais. Isso não significa substituir a família, mas complementar e ampliar as experiências da criança.

A Educação Infantil também contribui para a redução de desigualdades. Quando crianças têm acesso a ambientes seguros, afetivos, bem planejados e ricos em interações, suas possibilidades de desenvolvimento se ampliam. A qualidade da Educação Infantil é especialmente importante para crianças em situação de vulnerabilidade, pois pode oferecer proteção, alimentação adequada, vínculo, estímulos e acompanhamento atento.

Outro fundamento social é a relação entre instituição e família. A criança não pode ser compreendida separadamente de sua história familiar. A comunicação com as famílias deve ser respeitosa, acolhedora e colaborativa. A instituição precisa ouvir responsáveis, compartilhar informações sobre o desenvolvimento da criança e construir parceria educativa. Essa relação não deve ser baseada em julgamento, mas em corresponsabilidade.

A Educação Infantil também é espaço de socialização. É nela que muitas crianças vivenciam suas primeiras experiências coletivas fora do ambiente familiar. Aprendem a conviver com diferenças, compartilhar espaços, expressar desejos, lidar com frustrações, participar de brincadeiras coletivas e construir vínculos afetivos com adultos e crianças.

A inclusão é um aspecto social fundamental. Crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades, diferenças linguísticas, culturais ou sociais devem ser acolhidas com respeito e apoio. A Educação Infantil deve organizar ambientes acessíveis, práticas flexíveis e estratégias que favoreçam a participação de todas as crianças.

A diversidade cultural deve estar presente nas práticas pedagógicas. Brincadeiras, histórias, músicas, imagens, materiais e projetos devem valorizar diferentes identidades, povos, culturas, corpos, famílias e modos de vida. Isso ajuda a combater preconceitos desde cedo.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos políticos da Educação Infantil dizem respeito ao reconhecimento dessa etapa como direito da criança e dever do poder público, da família e da sociedade. A Educação Infantil não deve ser compreendida como favor, assistência eventual ou serviço secundário. Ela é parte do direito à educação e da proteção integral da criança.

A dimensão política da Educação Infantil aparece na legislação, nas políticas públicas, no financiamento, na formação de profissionais, na organização das redes de ensino, na definição de currículos, na garantia de vagas, na qualidade dos espaços e na valorização do trabalho pedagógico. Uma sociedade que valoriza a infância precisa investir em instituições capazes de cuidar e educar com dignidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante ao reconhecer a educação como direito social e ao incluir o atendimento em creche e pré-escola como direito das crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou a ideia de proteção integral, considerando crianças e adolescentes sujeitos de direitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

Esses marcos políticos mudaram a forma de compreender creches e pré-escolas. A creche deixou de ser vista apenas como espaço assistencial para filhos de trabalhadores e passou a integrar a educação. A pré-escola deixou de ser apenas preparação para a etapa seguinte e passou a ter identidade pedagógica própria.

A política educacional também precisa garantir qualidade, não apenas acesso. Uma vaga em Educação Infantil deve corresponder a um ambiente seguro, acolhedor, bem planejado, com profissionais preparados, materiais adequados, espaços organizados, alimentação, higiene, brincadeiras, interações e respeito ao desenvolvimento infantil. A garantia do direito não se resume à matrícula.

A formação dos profissionais é uma dimensão política fundamental. Cuidar e educar crianças pequenas exige conhecimento sobre desenvolvimento, currículo, brincadeira, avaliação, inclusão, saúde, segurança, relações familiares e documentação pedagógica. A valorização desses profissionais é condição para a qualidade.

Outro fundamento político é a gestão democrática. A Educação Infantil deve considerar participação de profissionais, famílias e comunidade na construção do projeto pedagógico. A criança também deve ser escutada em suas formas próprias de expressão. A gestão democrática fortalece o compromisso coletivo com a qualidade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

